

19 JUL 1992

19 JUL 1992

CORREIO BRAZILIENSE

Senado garante aprovação de acordo da dívida

externa

O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE) afirmou ontem que o acordo da dívida externa, firmado no último dia 9, deverá ser aprovado pelos senadores sem grandes dificuldades. "A expectativa é de que o acordo atenderá aos interesses do País. Há uma ressonância favorável, pelas cláusulas já expostas", acrescentou, após participar de um almoço na casa do senador Ronan Tito (PMDB-MG), onde o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, explicou os termos da renegociação da dívida.

O ministro Marcílio disse que a reação favorável ao acordo não foi surpresa. "Eles (os senadores) vêm sendo colocados a par das negociações desde o seu início, há 14 meses", lembrou. Para o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), o Senado, que também aprovou rapidamente o acordo fechado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), não modificará a sua posição. "O Senado nunca se manifestou partidariamente sobre esta matéria", declarou.

A previsão da equipe econômica é enviar o texto final do acordo ao Senado na segunda quinzena de agosto. De acordo com Mauro Benevides, a comissão de Assuntos Econômicos deverá votar a matéria no prazo de dez dias, restando outros dez dias para votação no plenário. Pelas contas do senador, o **term sheet** terá concluído o seu trâmite no início de setembro. Depois disso, 95 por cento dos bancos credores terão que aderir ao acordo firmado com o comitê, para que ele seja assinado, o que só deverá acontecer em janeiro ou fevereiro de 1993.

Adesão — Pelos cálculos de técnicos do Governo, se a adesão aos dois bônus mais atraentes do cardápio aprovado entre Brasil e bancos credores — o bônus de desconto e o bônus ao par — ficar em 80 por cento da dívida (40 bilhões de dólares), o Brasil deverá ser obrigado a constituir entre 4,5 e 5 bilhões de dólares em garantias, dos quais 3,2 bilhões de dólares terão que ser depositados logo após a assinatura do acordo.

Segundo as contas desses mesmos técnicos, se todos os bancos optarem por papéis que exijam do País a concessão de garantias, os desembolsos chegariam a 5,7 bilhões de dólares.